



A Diversidade da Agricultura Familiar

Segunda Edição

Sergio Schneider

Organizador


UFRGS
EDITORA

A Diversidade da Agricultura Familiar



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica

Rui Vicente Oppermann

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Sara Viola Rodrigues

Conselho Editorial

Ana Lúgia Lia de Paula Ramos

Cassilda Golin Costa

Cornelia Eckert

Flávio A. de O. Camargo

Iara Conceição Bitencourt Neves

José Roberto Iglesias

Lúcia Sá Rebello

Mônica Zielinsky

Nalú Farenzena

Sílvia Regina Ferraz Petersen

Tania Mara Galli Fonseca

Sara Viola Rodrigues, presidente

A Diversidade da Agricultura Familiar

Sergio Schneider

Organizador

Segunda Edição

© dos autores
1ª edição: 2006

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Revisão: Maria da Glória Almeida dos Santos

Capa: Vera Gliese

Editoração eletrônica: Alexandre Müller Ribeiro
Tales Gubes Vaz

D618 A diversidade da agricultura familiar / organizado por Sérgio Schneider. – 2. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

295 p. : il. ; 16x23cm

(Série Estudos Rurais).

Inclui referências.

Inclui figuras, gráficos, mapas, quadros e tabelas.

1. Economia. 2. Sociologia rural. 3. Agricultura familiar – Brasil – Rio Grande do Sul. 4. Desenvolvimento rural – Redes. 5. Agricultura – Territórios rurais – Globalização – Integração externa. 6. Redes sociais – Sociotécnicas – Políticas públicas – Diversidade – Mudança rural. 7. Agricultura familiar – Pluriatividade – Hereditariedade – Características. 8. Agricultura – Mercantilização – Desenvolvimento territorial. I. Schneider, Sergio. II. Série.

CDU 631.115.11(816.5):316.334.55

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin– Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0037-4

Introdução

Nos anos recentes, tem havido avanços significativos no Brasil no âmbito dos estudos rurais sobre as formas familiares de produção e sobre suas relações com os processos de desenvolvimento rural. Desde o início da década de 1990, um conjunto de publicações e pesquisas provocou uma renovação importante nos temas que até então vinham pautando a agenda das pesquisas sociais no meio rural. Para além dos movimentos sociais e das transformações técnico-produtivas pós-modernização agrícola das décadas anteriores, os pesquisadores passaram a conferir maior atenção à agricultura familiar.

De fato, o interesse pela agricultura familiar é um fenômeno recente. Contudo, a emergência e o reconhecimento da agricultura familiar não deve ser entendido como a expressão de uma novidade, de algo que não existia até então. As formas sociais que atualmente se abrigam sob a denominação de agricultura familiar, em épocas anteriores recebiam outras denominações segundo o contexto regional e a formação histórico-social. A afirmação recente sob a noção agricultura familiar deveu-se a um movimento sincronizado conjugado por fatores sociais, políticos e intelectuais. Do ponto de vista social, a categoria emergiu como resultante das mobilizações patrocinadas pelo movimento sindical, no início da década de 1990 (especialmente a Contag) que, lentamente vai deixando de lado o discurso de representações dos trabalhadores rurais, até o surgimento de formas de representação que reivindicam especificamente a identidade da agricultura familiar (como é o caso da Fetraf). Em termos político-institucionais a agricultura familiar alcança legitimidade crescente a partir da criação do Pronaf (Decreto 1946, de 28 de junho de 1996) e de uma estrutura específica destinada a operar políticas para este público no interior do Ministério de Desenvolvimento Agrário. No campo intelectual, o reconhecimento começa pelos estudos que buscam definir o universo de estabelecimentos rurais que não contratavam força de trabalho, denominados por isso de familiares, em oposição aos patronais. A partir dessa oposição, ao longo da década de 1990 avançam os estudos e pesquisas que definem a agricultura familiar como aquela que opera a partir da articulação das dimensões trabalho, gestão e propriedade familiar.

A crescente projeção social e política da agricultura familiar no Brasil pode ser compreendida como expressão de seu reconhecimento e legitimação, o que demandou ampla capacidade de mobilização, protestos e ações dos próprios agricultores, materializados em políticas governamentais cada

vez mais identificadas com este público (além do Pronaf, atualmente pode-se listar as ações de renovação da extensão rural, da produção agroecológica, da aquisição de alimentos etc.).

Mas isso não significa que os estudiosos devam restringir suas análises à descrição desses processos ou capitular as formas de identificação e construção de identidades e representações que são produzidos pelo jogo político e social. Do ponto de vista sociológico, esta naturalização tende a produzir uma reificação, que não ajuda a explicar e a entender cientificamente à agricultura familiar. De fato, é isso o que vem ocorrendo, pois muitos analistas tomam de empréstimo noções do senso comum e da própria política atribuindo-lhes estatuto analítico. Atribui-se caráter conceitual e teórico à agricultura familiar sob as alegações mais diversas. Não é raro encontrar-se trabalhos que operam com a própria definição operacional das políticas públicas como um conceito de agricultura familiar. Também se utiliza o argumento de que é o caráter familiar que confere sentido analítico às unidades de produção baseadas no trabalho, gestão e propriedade da família. Em ambas as situações, ocorre uma tentativa de síntese de uma miríade de formas sociais que não podem ser enquadradas nem pelo sentido normativo da política nem pelo recurso ao seu caráter familiar. Até porque ambas encobrem uma significativa diversidade social, uma vez que não há apenas uma forma de ser das famílias.

Isso indica que ainda há várias lacunas a serem preenchidas pelos estudiosos da agricultura familiar no Brasil, especialmente no que diz respeito às reflexões mais aprofundadas sobre suas bases teóricas e conceituais. Como ponto de partida, parece importante reconhecer o expressivo avanço analítico que representou a formulação de Abramovay, quando indicou a existência de uma distinção fundamental entre agricultores familiares e camponeses. Segundo o autor, enquanto os camponeses podem ser entendidos como “sociedades parciais com uma cultura parcial, integrados de modo incompleto a mercados imperfeitos”, representando um modo de vida caracterizado pela personalização dos vínculos sociais e pela ausência de uma contabilidade nas operações produtivas, a agricultura familiar seria “altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder as políticas governamentais [...]. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho” (1992, p. 22 e127).

Esta distinção tem gerado várias controvérsias, muitas das quais decorrentes da falta de entendimentos sobre o tema dos modos de inserção ou integração das formas familiares de trabalho ao capitalismo. De um lado, encontram-se aqueles que interpretaram a sugerida metamorfose do camponato para agricultura familiar como uma associação indistinta entre agricultura familiar e capitalismo (ou agronegócio) e, de outro, os que vislum-

bram a redução de toda e qualquer forma de produção familiar à condição camponesa. No Brasil, a falta de entendimento sobre este tema não se restringe à esfera acadêmica, pois tanto organizações sociais (sindicatos, movimentos sociais etc.) como os próprios operadores de políticas e seus mediadores encontram dificuldades em relação a esta questão.

É preciso ir além desta simplificação e do maniqueísmo ideológico que lhe corresponde, pois a mera contraposição entre campesinato e agricultura familiar e, às vezes, agronegócio, pouco acrescenta ao entendimento da diversidade das formas familiares de produção e trabalho, das suas dinâmicas territoriais, das estratégias individuais e coletivas de reprodução e dos processos de diferenciação social. Na realidade, o estudo da agricultura familiar requer uma análise sociológica multidimensional sobre a diversidade das formas sociais familiares, que pode começar pelo estudo da organização do trabalho e da produção e sua relação com a natureza, mas passa pelo entendimento dos mecanismos de construção das estratégias de interação com o ambiente social e econômico e reclama a compreensão dos aspectos culturais e simbólicos que caracterizam as suas relações domésticas (parentesco, gênero etc.) assim como os múltiplos meios de exercício da ação política.

Evidentemente, são questões que demandam auxílio e sugerem o emprego da teoria social para sua interpretação. E sua importância tende a crescer à medida que se ampliar no Brasil o interesse pela diversidade de formas de ser da agricultura familiar bem como seu papel em um projeto de mudança social e política no meio rural. Nos anos recentes, por força da pressão política e do amadurecimento institucional, os atores sociais do meio rural brasileiro vêm demonstrando não apenas capacidade de resistência e oposição às formas de dominação e exploração hegemônicas. Há sinais consistentes indicando o fortalecimento da consciência acerca da necessidade de construção de uma outra forma de desenvolvimento rural, que seja ancorado nos princípios da equidade, da sustentabilidade e da maior autonomia dos agricultores.

Os artigos reunidos neste livro pretendem avançar em relação a alguns dos desafios colocados aos estudos rurais brasileiros, particularmente no sentido de dar um passo adiante no debate sobre a definição da agricultura familiar e suas relações com o desenvolvimento rural. Os trabalhos que compõem o livro possuem em comum a idéia de que a diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar não devem ser encaradas como um obstáculo ao desenvolvimento rural. Ao contrário, o que os estudos demonstram é que o desenvolvimento rural é tributário destas diferenças e dos diversificados mecanismos através dos quais os agricultores conseguem viabilizar suas condições de vida e criar espaço para garantir sua reprodução material, social, política e identitária.

Neste sentido, o livro tem a pretensão de sistematizar e reunir a produção de um conjunto de autores, que em suas pesquisas vêm dialogando com novas perspectivas teóricas e analíticas, fundamentalmente emanadas no contexto europeu dos últimos vinte anos. Mas não se trata, obviamente, de importar as *novidades* produzidas além-mar e inserí-las no contexto brasileiro sem as devidas mediações e ajustes. O diálogo com os autores europeus se dá no campo das teorias sobre a mercantilização dos processos de produção e trabalho, sobre a diversificação das formas de trabalho e ocupação da mão-de-obra, sobre as relações de reciprocidade e interconhecimento e, sobretudo, das políticas públicas de intervenção sobre o meio rural.

A origem do livro remonta à organização do I Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, que ocorreu na Universidade Federal do Rio Grande do Sul nos dias 24 e 25 de novembro de 2005 e que teve como objetivos centrais: a) apresentar os principais resultados alcançados pelo projeto de pesquisa Desenvolvimento Territorial Rural e Segurança Alimentar, financiado pelo CNPq, no período 2003-2005; b) discutir as referências teóricas que orientavam os estudos e pesquisas sobre agricultura familiar e o desenvolvimento rural com pesquisadores externos convidados; c) apresentar resultados de pesquisas e investigações realizadas no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR e; d) promover maior interação entre pesquisadores externos e o grupo de pesquisa organizado em torno do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (Gepad).

O livro está organizado em quatro partes. Na primeira parte, destaca-se o artigo do professor Jan Douwe Van der Ploeg, da Universidade de Wageningen/Holanda, com o sugestivo e atrativo título “o modo de produção camponês revisitado”. Neste trabalho, escrito especialmente para esta coletânea, o professor Ploeg trata com clareza e profundidade dos elementos que permitem uma distinção, ao mesmo tempo, teórica e operacional entre a agricultura camponesa e o modo de produção empresarial. Além de retomar o debate clássico em torno da produção simples de mercadorias, Ploeg mostra o papel da co-produção entre as esfera social e material e as interações com os mercados pelos camponeses assim como suas virtudes na criação de valor agregado e empregos produtivos. Nestes termos, a agricultura camponesa formaria a base de um modelo de desenvolvimento rural assentado na ampliação da autonomia dos atores envolvidos sem deixar de gerar crescimento econômico, permitindo que o conjunto da sociedade se beneficie da riqueza produzida. Como proposta, sugere a necessidade de ativar um processo que designa *recampesinização* que não seria um retorno ao passado (dualismo leninista entre camponeses e capitalistas), mas a reconstituição das bases naturais e sociais da produção de alimentos nas sociedades modernas.

Na segunda parte, três trabalhos discutem os processos de mercantilização, formação de redes e as dinâmicas territoriais da agricultura familiar, sendo que o estudo de Luiz Antonio Cabello Norder busca aprofundar a discussão conceitual sobre a produção agropecuária e indica o potencial da diversificação das atividades produtivas na agricultura familiar para a dinâmica econômica de pequenos municípios, distritos e povoados, sobretudo a partir de dados de uma pesquisa de campo realizada em um assentamento no Estado de São Paulo. O artigo de Márcio Gazolla aborda a mercantilização da produção para autoconsumo na agricultura familiar do Rio Grande do Sul buscando demonstrar como esta ocorre na produção para autoprovisionamento das famílias e quais as modificações que ocorrem nas estratégias de reprodução social adotadas por estes agricultores. O trabalho de Guilherme Radomsky busca mostrar como as relações de reciprocidade, parentesco e proximidade, mesmo em meio a processos mercantilizados de trabalho e produção, são fundamentais para a constituição de redes sociais que podem vir a se tornar recursos basilares para o desenvolvimento e para a regulação das ações nos contextos sociais.

Na terceira parte discute-se as relações entre a agricultura familiar e a pluriatividade. O trabalho de Maria José Carneiro realiza uma reflexão crítica sobre o uso do termo pluriatividade, procurando mostrar as nuances e dificuldades que esta categoria impõe quando se quer pensá-la analiticamente e relacioná-la com outros fenômenos do rural brasileiro. Já o trabalho de Schneider, Conterato, Koppe e Silva analisa as relações da pluriatividade com as condições de vida de agricultores familiares do Rio Grande do Sul. O texto mostra que um maior número de membros nas famílias é um fator de explicação da pluriatividade conjugado com variáveis como área total e superfície explorada, indicando uma relação entre a pluriatividade e o ciclo demográfico da família. O trabalho também mostra que os rendimentos das famílias pluriativas também tendem a ser maiores em relação as famílias monoativas. O artigo de Flávio Sacco dos Anjos e Nádia Velledas Caldas explora as relações existentes entre o exercício da pluriatividade e os procedimentos de transmissão do patrimônio fundiário na agricultura familiar, tomando por base pesquisas realizadas no Rio Grande do Sul.

A quarta e última parte do livro é dedicada ao tema do desenvolvimento rural e à análise do papel dos atores, das instituições e das políticas públicas. O artigo de Eric Sabourin trata da relação entre as práticas sociais, as políticas públicas e a produção de bens comuns, enfatizando a questão da mobilização de práticas sociais e de valores humanos para renovar instrumentos de políticas públicas no meio rural, sobretudo no campo do desenvolvimento da agricultura familiar. O trabalho de Angela Kageyama discute o desenvol-

vimento rural no Rio Grande do Sul a partir de uma análise multifatorial que utiliza ampla base de dados secundários visando comparar a dinâmica do Estado com a trajetória do Brasil como um todo, o que permite identificar as heterogeneidades internas do desenvolvimento regional (formando grupos de municípios ou microrregiões) e indicar algumas particularidades do desenvolvimento das economias locais. Além de apresentar de forma pioneira uma metodologia operacional ao estudo do desenvolvimento rural, os resultados mostram que no período recente o desenvolvimento rural apresentou melhores indicadores ao Estado do que ao Brasil como um todo. Finalmente, o trabalho de Luiz Carlos Mior analisa as teorias sobre desenvolvimento rural e focaliza o papel das regiões e do sistema agroalimentar nas perspectivas endógenas e exógenas de desenvolvimento. A partir deste quadro mais geral, analisa a contribuição da noção de redes sociais e sociotécnicas ao estudo das mudanças rurais discutindo as formas de interação no meio rural e suas implicações aos processos de desenvolvimento rural.

Este livro representa o primeiro resultado aprofundado e sistematizado das pesquisas que vêm sendo realizadas no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (Gepad), PGDR/UFRGS. De uma forma ou de outra, todos seus integrantes contribuíram para que viesse a público. A publicação do livro contou com o apoio e a colaboração de diversas pessoas e instituições, às quais cabe um reconhecimento. A formatação do livro contou com a ajuda de Márcio Mello e Marcelo Antônio Conterato. A tradução do inglês do artigo de Jan Douwe Van der Ploeg foi realizada por Luiz Antônio C. Norder. A publicação do livro contou com a ajuda financeira do Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A realização do Colóquio que deu origem ao livro recebeu apoio e contou com recursos do CNPq, da FAPERGS, da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFRGS e do próprio Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, a quem somos muito gratos.

Porto Alegre, verão de 2006